

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A DISPUTA NOS RUMOS DA FORMAÇÃO

TRAINING OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS: THE DISPUTE IN THE TRAINING DIRECTIONS

FORMACIÓN DE PROFESORES EN LOS CURSOS DE EDUCACIÓN FÍSICA: DISPUTAS EN LOS CAMINOS DE FORMACIÓN

Celi Nelza Zulke Taffarel¹
Matheus Lima de Santana²
Sidneia Flores Luz³

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar, após análise de dados empíricos sobre os cursos de formação de professores de Educação Física, os dados sobre os cursos, aspectos sobre a legislação, e posições de entidades a respeito das diretrizes para os referidos cursos. Foram identificadas oito forças influentes que expressam posições na luta de classes, na disputa de projetos de formação e projeto histórico. Conclui-se apresentando: a possibilidade de essência para a formação de professores de Educação Física, que rompa com a negação do conhecimento teórico, o relativismo científico e a divisão dos cursos em licenciatura e bacharelado.

Palavras-chave: Diretrizes. Formação de professores. Cursos de Educação Física.

Abstract: The purpose of this text is to present, after analyzing empirical data on Physical Education teacher training courses, data on courses, aspects of legislation, and entities' positions regarding the guidelines for these courses. Eight influential forces were identified that express positions in the class struggle, in the dispute for training projects and historical projects. It concludes by presenting: the possibility of essence for the training of Physical Education teachers, which breaks with the denial of theoretical knowledge, scientific relativism and the division of courses in undergraduate and bachelor's degrees.

Keywords: Guidelines. Teacher training. Physical Education Courses.

Resumen: El propósito de este texto es presentar, luego de analizar datos empíricos sobre los cursos de formación del profesorado de Educación Física, datos sobre los cursos, aspectos de la legislación y posiciones de las entidades sobre los lineamientos de estos cursos. Se identificaron ocho fuerzas influyentes que expresan posiciones en la lucha de clases, en la disputa por proyectos de formación y proyectos históricos. Se concluye presentando: la posibilidad de esencia para la formación del profesorado de Educación Física, que rompe con la negación de los conocimientos teóricos, el relativismo científico y la división de cursos en licenciaturas y licenciaturas.

Palabras clave: Directrices. Formación de profesores. Cursos de Educación Física.

¹ Professora Dra. Titular UFBA. CNPq taffarel@ufba.br

² Estudante Educação Física UFBA - sidneiaflores@yahoo.com.br

³ Doutoranda PPGE FACED/UFBA - sidneiaflores@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A *Revista Fluminense de Educação Física* do Instituto de Educação Física da Universidade Federal Fluminense (UFF), agora já em seu segundo número, continua aprofundando os estudos. Nesse sentido, apresento elementos sobre os cursos de formação em Educação Física, explicitando tendências e hipóteses sobre determinações que estão tencionando os rumos da formação.

A conjuntura atual continua evidenciando o processo de destruição de forças produtivas. Confirma-se, dia a dia, que a “crise-ajuste-crise”, não é superestrutural nem passageira, mas estrutural e permanente (MONTORO, 2014). Confirmam-se dados estatísticos negativos no âmbito da **economia**. As consequências **sociais** do desmonte da República e retirada dos direitos são nefastas e trazem consequências avassaladoras, principalmente para os mais pobres, o povo negro, os indígenas, os quilombolas, Fundo e Fecho de Pasto, povos tradicionais, de terreiros, do campo, das águas, das florestas, os Sem-teto, os Sem-terra, os atingidos por grandes obras, as mulheres, os LGBTQI+¹, os portadores de deficiências. Agravam-se as questões **ambientais**, na destruição das florestas, na mineração devastadora, na privatização das águas, no negacionismo das problemáticas climáticas. Também se agravam as questões **políticas**, com avanços da direita e extrema direita, na atuação das milícias, do narcotráfico, do “gabinete do ódio”, na propagação das *fake news*, na atuação dos *Think Tanks*, na destruição da Constituição Cidadã de 1988, na quebra do equilíbrio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas relações belicosas e violentas com a sociedade civil, por meio da ameaçadora presença das forças armadas, a coerção, enquanto política de Estado e com a política externa subalterna aos Estados Unidos da América do Norte. E estas medidas devastadoras têm consequências, sim, nas questões **culturais**.

Constatamos o rebaixamento teórico, a desintelectualização, o negacionismo da ciência, a destruição das culturas tradicionais com a imposição de valores de uma cultura meritocrática, paternalista, militarista, oligárquica, machista, impregnada de preconceitos e fobias (homofobia, xenofobia, gerontofobia entre outras). Busca-se instituir um **ethos**² **geocultural**, em conformidade com o **ethos geopolítico** do imperialismo, face superior do capitalismo, do ultra neoliberalismo, em todo o planeta. Uma cultura da exploração, da opressão humana e destruição da natureza, na qual prevalecem, hegemonicamente, as ideias da classe dominante, a ética e a moral próprias dos burgueses capitalistas, exploradora, opressora, da lógica privatista, mercantilista, empresarial, parasitária,

militarista, disciplinadora, subserviente, entreguista, obscurantista, negacionista, acientífica, a-histórica e acrítica. O capitalismo, em sua atual fase imperialista (LENIN, 2007), tem como resultados a ***destruição econômica, a regressão social e a destruição da democracia.***

Segundo Eloy Altuve Mejía (2019, p. 03), renasce na América Latina de maneira pública, convicta, confessa e com adesão popular, a tendência fascista como alternativa política. Essa opção alicerça o processo de acumulação capitalista contemporâneo, cuja medula é o capital financeiro, a indústria militar bélica e o narcotráfico. O Movimento “Direito à Memória e Justiça Racial” tem demonstrado essa relação em suas iniciativas de barrar o genocídio da população negra pelo braço armado do Estado no Rio de Janeiro (GOULART e FLORENTINO, 2020).

Nesta base teórica que demonstra nexos e relações, correlações de forças entre as classes e frações das classes sociais, que demonstra a luta de classes e seu conteúdo na economia, nas relações sociais, na política, no meio ambiente e na cultura em geral, é que vamos indicar tendências e defender proposições superadoras no confronto de projetos na formação de professores de Educação Física no Brasil, verificar a situação dos cursos e analisar a Resolução 06/2018, aprovada em 18 de dezembro de 2018 e que institui diretrizes para os Cursos de Educação Física,

2 SOBRE OS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Como já expusemos no texto publicado no primeiro número da Revista Fluminense de Educação Física, o Projeto de Formação Inicial e Continuada de Formação de professores, que vem sendo defendido historicamente pelas entidades da Educação e pela teoria pedagógica crítica, sobre formação de professores, sinaliza a consideração do projeto histórico-superador do capitalismo como referência na formação, as diretrizes curriculares que superem as políticas que se perfilam com o *ethos* neoliberal e ultra neoliberal (MALANCHEN, 2016), os fundamentos da teoria pedagógica Histórico-Crítica (MARTINS; DUARTE, 2010) para a formação de professores. Destacamos também os princípios do Projeto de Formação de Professores da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE, 2018) dos quais destacamos: 1º) a formação inicial, sempre presencial e em nível superior; 2º) a transformação do sistema educacional que exige e pressupõe sua articulação com a mudança estrutural e conjuntural; 3º) a gestão democrática da educação integrante da democratização da

sociedade brasileira; 4º) a autonomia universitária; 5º) a reformulação dos cursos de formação de professores como processo constante e contínuo, desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos e das demandas socioculturais; 6º) a defesa da Universidade como *locus* prioritário para a formação dos profissionais; 7º) a superação do caráter fragmentário e dicotômico da formação; 8º) a extinção gradativa da formação de professores em nível médio; 9º) os princípios da **Base Comum Nacional**: sólida formação teórica e interdisciplinar; unidade teoria-prática atravessando todo o curso e não apenas a prática de ensino e os estágios supervisionados; o trabalho coletivo e interdisciplinar como eixo norteador do trabalho docente; compromisso social do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica e nas lutas articuladas com os movimentos sociais; gestão democrática; incorporação da concepção de formação continuada, visando ao aprimoramento do desempenho profissional; e avaliação permanente dos cursos, como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político-pedagógico de cada curso/instituição.

Com essa concepção e fundamentos, demarca-se o campo defendido há mais de 40 anos pelas entidades educacionais, entre as quais a Anfope, reafirmando princípios orientadores da Base Comum Nacional na formação dos profissionais da educação, explicitando fundamentos educacionais sócio-históricos, importantes para defender uma perspectiva orgânica e consistente de formação de professores, que contribua no enfrentamento de projetos antagônicos de formação.

Quanto aos Cursos de Educação Física no Brasil, podem ser localizados os seguintes marcos temporais, com as respectivas normatizações e modalidades, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 01 – Diretrizes Curriculares da Educação Física

Ano	Decreto/Resolução	Modalidade
1939	Decreto-Lei 1212/1939	Licenciatura em Educação Física
1945	Decreto-Lei 8270/1945	Licenciatura em Educação Física
1962	Resolução CFE n.º 298/1962	Licenciatura em Educação Física e Técnico Desportivo
1969	Resolução CFE n.º 69/1969	Licenciatura em Educação Física e Técnico de Desportos
1987	Parecer CFE n.º 215/1987 Resolução CFE n.º 03/1987	Licenciatura e/ou Bacharelado em Educação Física
2004	Parecer CNE n.º 58/2004 Resolução CNE n.º 07/2004	Licenciado e/ou Graduado em Educação Física
2018	Parecer CNE n.º 584/2018 Resolução CNE n.º 6/2018	Graduado em Educação Física

Fonte: elaboração da autora.

Esses marcos também foram firmados em dados contextos históricos e em dadas correlações de forças (TAFFAREL, 2012). Escrevemos e publicamos na Revista Kynesis em 2012 (p. 95-133) que a recomposição do aparato legal corresponde às tendências econômicas, entre as quais podemos reconhecer a de desregulamentação do mundo do trabalho, controlando, ajustando, enquadrando a força de trabalho por outros mecanismos, como a regulamentação das profissões, a divisão na formação acadêmica, a criação de conselhos, a desregulamentação do trabalho, a flexibilização, a terceirização, a privatização e a transferência de recursos públicos ao setor privado. Estamos em 2020, e essas tendências se confirmaram de forma dramática, como já demonstrado na tese da doutora Cassia Hack (2017) e atualizados em 2020 com a colaboração de Matheus Lima de Santana, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI).

Pesquisamos, em agosto de 2020, na plataforma pública e-MEC, que armazena dados sobre os cursos e as instituições de ensino superior, e identificamos a quantidade de cursos de Educação Física no Brasil, organizados de acordo com setor (público e privado), modalidade (presencial e à distância) e por grau (bacharelado e licenciatura). Investigamos também, em uma consulta avançada, os cursos de graduação por estado, verificando a situação no ano de 2020. Para cada estado aplicamos oito filtros referentes à modalidade, ao grau e à gratuidade: 1- Modalidade a distância, bacharelado e público; 2- Modalidade a distância, bacharelado e privado; 3- Modalidade a distância, licenciatura e público; 4- Modalidade a distância, licenciatura e privado; 5- Presencial, bacharelado e público; 6- Presencial, bacharelado e privado; 7- Presencial, licenciatura e público; 8- Presencial, licenciatura e privado. Por último, os dados foram organizados em quadros e gráficos.

Constatamos que existem 3.055 cursos de Educação Física no Brasil. Destes, 2.766 são cursos da iniciativa privada, ou seja, a maioria. Na modalidade Educação a Distância, são 1.351 cursos na Iniciativa Privada, sendo 734 Licenciaturas e 589 Bacharelados. Na modalidade Presencial, temos 1.704 Cursos, sendo que, destes, 1.443 são da Iniciativa Privada. Temos, portanto, confirmado que os Cursos de Educação Física, na maioria, estão na iniciativa privada, o que corresponde a 91% do total de cursos. Cresce a tendência dos cursos de bacharelado e a modalidade cursos à distância. Em comparação aos dados de 2017, o número quase duplicou, foram criados 1.346 novos cursos, passando de 1.709 a 3.055.

Quadro 02 – Cursos de Educação Física no Brasil - 2020

CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL – 2020									
Região	Modalidade a distância				Modalidade presencial				Total
	Bacharelado		Licenciatura		Bacharelado		Licenciatura		
	Públic o	Privad o	Públic o	Privad o	Públic o	Privad o	Públic o	Privad o	
Norte	0	106	4	124	21	38	45	29	367
Nordeste	0	190	8	230	15	162	55	102	762
Centro-oeste	0	82	6	110	9	81	18	65	371
Sul	1	84	3	107	16	126	19	118	474
Sudeste	0	127	6	163	31	382	32	340	1081
Total	1	589	27	734	92	789	169	654	3055

Fonte: Sistema e-MEC

Considerando as cinco regiões do Brasil, a maioria dos cursos está na Região Sudeste, correspondendo a 35% do total. Em segundo lugar, em número de Cursos, está o Nordeste, com 25% do total. Em terceiro lugar, a Região Sul, com 16% do total de Cursos. Em quarto lugar, empatadas, temos as regiões Norte e Centro-Oeste, com 12% do total de cursos.

3. AS FORÇAS SOCIAIS QUE TENCIONAM A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Constatamos que o mesmo movimento ocorrido na formação de professores em geral está ocorrendo com os Cursos de Educação Física. Cresce a iniciativa privada e a Educação a Distância. Há um agravante com a divisão do Curso e com um Conselho profissional que age segundo um aparelho do Estado Burguês, exercendo prerrogativas que não lhe cabem nem sob o ponto de vista da legalidade e muito menos da legitimidade, como é o caso da ingerência no Sistema Educacional, nas Escolas e nos Curso de Formação Inicial e Continuada de professores de Educação Física.

As ideias que prevaleceram em cada tempo histórico foram as da classe dominante, ou seja, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, visto que a elas interessava manter a sociedade dividida em classes sociais e a esse modo de produção corresponde uma superestrutura ideológica.

Quando nos perguntamos a respeito de como essas ideias tornaram-se hegemônicas, desde os primeiros cursos instituídos no Brasil, na década de 1930, podemos reconhecer, pela literatura pertinente, que quatro forças tencionaram, influenciaram, o rumo dos Cursos de Formação de Professores de Educação Física: o Modelo econômico de exploração da mão de obra, o pensamento médico higienista e eugenista, o pensamento militarista e a tendência desportivizante. Com o Golpe

empresarial militar de 1964, a Educação Física passa a ser obrigatória no Ensino Superior para todos os estudantes. Intensificam-se a abertura de cursos de Educação Física nas Universidades bem como as ideias de divisão entre a Licenciatura para formar professores e o Bacharelado voltado para o desenvolvimento da ciência do esporte.

Com a luta pela democratização do país, na década dos anos de 1980 a 1990, surgem teorias pedagógicas críticas e, também, teorias críticas na Educação Física, que defendem, para esses cursos, formulações baseadas em consistente base teórica na não divisão formativa e na não negação de conhecimentos.

Os anos iniciais de um novo milênio, novo século, a década de 2000 indicava ampliação de campos de trabalho, em especial, com todas as contradições próprias de uma sociedade de classes em confronto, com o impulso de políticas públicas na área do Esporte, com a instituição do Ministério do Esporte. Avançou, também, a ideia de um curso único por dentro do Conselho Nacional de Educação (CNE), mas o Golpe de 2016 fez esse processo retroceder, e estamos agora confrontando-nos com um ideário próprio do século passado, acrescido da pressão exercida pelas empresas, pelos fundamentalistas, negacionistas, profascistas. Estamos confrontando-nos com as posições dos Conselhos Estaduais de Educação Física/Conselho Nacional de Educação Física (CREF/CONFEF), que exerce a função de contribuir com a divisão na formação nos Cursos de Educação Física, extrapolando suas instâncias para interferir desde os órgãos de fomento à pesquisa, as instâncias acadêmicas nas universidades e nos projetos pedagógicos das escolas, do sistema de saúde, esportivo e de lazer e conflitos na atuação em campos de trabalho que estão retraídos, pela aplicação da economia ultra neoliberal, da política do Estado Mínimo para o social e máximo para o capital. O Estado de Exceção, forma jurídica do neoliberalismo (VALIM, 2017), o Estado necessário deste modelo de reprodução social (2013, p. 125).

Vale destacar que o Golpe de 2016 (MASCARO, 2018) contra a presidenta Dilma Rousseff (JINKINGS et al., 2016) fez retroceder políticas educacionais do Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), que era vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Atacou também as políticas educacionais ligadas à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que foi criada com vistas a contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade

socioambiental. A SECADI desenvolvia ações no campo de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais. As atribuições que competiam à SECADI estavam no decreto n.º 7.690, de 2 de março de 2012.

Outro setor desmontado foi o Ministério do Esporte e, com ele, as Secretarias, programas, projetos e ações. Estava em curso a estruturação do Sistema Nacional do Esporte que contemplaria: a) as políticas de esporte, educação, lazer e inclusão social; b) as políticas de esporte de alto rendimento com programas transversais sobre a políticas de infraestrutura; c) as políticas de ciência e tecnologia; d) ações estratégicas temporárias relacionadas a grandes eventos esportivos. Em 01 de janeiro de 2019, no governo de Jair Bolsonaro, a pasta do Esporte foi incorporada ao Ministério da Cidadania, juntamente com o Ministério da Cultura e Ministério de Desenvolvimento Social. Nesta estrutura não existirão possibilidades de continuar o trabalho que vinha sendo desenvolvido no Ministério do Esporte. Ocorrerá, sim, um grande retrocesso.

Quanto às Políticas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, que estão sofrendo impacto e retrocesso, podemos mencionar: (1) o Programa Segundo Tempo (PST), o qual buscava promover a inclusão social da população que historicamente esteve à margem de seus direitos de cidadania; (2) o Programa Atleta da Escola, voltado para escolares de 12 a 17 anos, matriculados na Educação Básica; (3) o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Programa Vida Saudável, que valorizava as atividades próprias de populações com tradições culturais particulares, como quilombolas, indígenas e comunidades rurais; (4) Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento; (5) Políticas de Ciência e Tecnologia Esportiva que focou na produção do conhecimento científico para o desenvolvimento da Política Pública de Esporte; (6) Projeto Referências do Esporte de Alto Rendimento em parceria com a UFRGS; (7) Projeto Inteligência Esportiva em parceria com Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS) da UFPR; (8) Rede CEDES- Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, que estimulou com apoio orçamentário e incentivou com problemáticas desafiadoras e inovadoras, grupos de pesquisa a produzir e difundir conhecimentos voltados para o aperfeiçoamento e a qualificação de projetos, programas e políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, por meio da produção e difusão de conhecimentos em diferentes instâncias; (9) Diagnostico Nacional do Esporte – (DIESPORTE). O Projeto foi executado pela UFBA, articulado com as Universidades UFRGS, UFRJ, UFG, UFAM,

UFS com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O Diesporte demonstrou que cabem, sim, iniciativas estatais de vulto para criar um Sistema Nacional do Esporte, para fomentar, incentivar, propiciar práticas corporais, considerando principalmente o sistema educacional, o sistema de saúde, o sistema de cultura, o sistema comunitário, popular e, o sistema de alto rendimento, expandindo campos de trabalho.

A partir da metodologia do Diesporte (2013), foram realizadas outras duas pesquisas em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que contribuíram para a atualização do diagnóstico do esporte nacional. São elas: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que tem por objetivo a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento social e econômico do País. Em 2015, foi acordada a inclusão de um suplemento de esporte junto à PNAD, que trata do perfil do praticante em grande escala nacional, que agregaria insumos para o acompanhamento e avaliação da efetividade das políticas do Ministério do Esporte, inclusive em nível municipal. Outra iniciativa foi a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) e Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) que são realizadas pelo IBGE em todos os estados e municípios brasileiros e levantam informações relacionadas à gestão dos governos estaduais e a administrações municipais. Com o acordo junto ao IBGE, realizado em 2015, essas pesquisas também contemplariam suplementos visando ao levantamento de informações sobre o esporte no âmbito das esferas municipais e estaduais sobre a identificação, localização e tipo da infraestrutura esportiva pública, bem como dados sobre a gestão esportiva nessas esferas governamentais.

Outra dimensão que impacta possibilidades de trabalho em políticas públicas e nos cursos de Educação Física são as Políticas de Igualdade Racial e as Políticas de Ação Afirmativa.

A Lei n.º 12.288/10, de autoria do Senador Paulo Paim, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Segundo o artigo 1º dessa lei, o Estatuto da Igualdade Racial tem por objetivo “combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado”.

As ações afirmativas são políticas focais, assistencialistas, compensatórias, que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica, no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta,

umentando a participação de minorias no processo político, no acesso a educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. Como exemplo, podemos mencionar a política de cotas, consolidada com a lei n.º 12.711, de agosto de 2012, conhecida também como Lei de Cotas. Essa lei estabelecia que, até agosto de 2016, todas as instituições de ensino superior devem destinar metade de suas vagas nos processos seletivos para estudantes egressos de escolas públicas. Temos também a Lei de Cotas Raciais no serviço público 12.990/2017. A norma era reservar 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas que se declarassem de cor preta ou parda. A Lei de Cotas surgiu para reduzir a discrepância de negros e pardos entre o serviço público federal e a população geral do país.

Outra medida foi a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 1º, passa a vigorar acrescida do Art. 26-A. “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”.

Vale destacar ainda as Políticas no âmbito do Sistema Único de Saúde para promoção da equidade em saúde de populações vulneráveis. Por exemplo: Saúde da População Negra – Portaria nº 992 de 13/05/2009; Saúde da População em Situação de Rua - Decreto nº 7.053 de 23/12/2009; Saúde da População Cigana – Portaria nº 940 de 28/04/2011; Saúde da população LGBTQI+ - Portaria nº 2.836 de 01/12/2011; Saúde da População do Campo e da Floresta - Portaria nº 2.866 de 2/12/2011.

Os cursos de Educação Física deveriam responder a esses marcos regulatórios, frutos de muita luta da classe trabalhadora e de suas organizações. Mas existem outras forças e pressões internas e externas aos cursos que deixam evidente o embate de projetos de formação humana, projetos educacionais e projetos históricos.

Estão aí o empresariamento, a privatização, o trabalho remoto emergencial, a Educação a Distância, em tempos de pandemia, que foram ampliados, por meio da ação das classes dominantes, segundo estudo organizado por Rodrigo Lamosa (2020). Temos aí a atuação do Movimento Todos pela Educação, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Movimento Brasil Competitivo, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Fundação Lemann, Confederação Nacional da Indústria, Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Micro Empresas, Igrejas Evangélicas, entre outras organizações que se valem da pandemia para expandir negócios. Atuam no setor dos negócios educacionais a Associação Nacional das Universidades Privadas (ANUP), presidida por Elizabeth Guedes, irmã de Paulo Guedes,

Ministro da Economia, e que representa grandes oligopólios educacionais como a Kroton e a Estácio. Segundo o Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX, 2020a COLEMARX 2020b), aliam-se organismos internacionais, Corporações, Centros de Pensamento do Capital e trava-se um debate sob a ética capitalista. Em uma conjuntura gravíssima é lançada a Coalizão Global da Educação para utilização em curto tempo das tecnologias de aprendizagem remota e assim consolidar o uso de tecnologias privadas de educação nas redes de ensino. Ainda segundo o COLEMARX (2020a; 2020b), estão envolvidos nesta coalisção liderados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), grupos empresariais como Microsoft, Google, Facebook, Zoom, Moodle, Huawei, Tony Blair Institute for Global Change, Fundação Telefônica entre outras. Formam-se trincheiras junto ao Estado, em alianças com organismos internacionais e o setor empresarial que mantem a hegemonia na condução das políticas educacionais e na criação de condições para a atuação de grupos “filantrópicos-mercantis”. Entram aí as grandes corporações do capital aberto que oferecem seus pacotes educacionais (COLEMARX, 2020a; 2020b).

O que constatamos neste momento histórico é que existem, portanto, o marco regulatório legal, as políticas públicas de esporte, educação saúde e outras oito forças, atuando sobre os cursos de formação de professores de Educação Física, as quais contribuem para acentuar a tendência de cursos privados, a distância, com formação fragmentada, com ênfase na modalidade bacharelado e com base em políticas curriculares em sintonia com os preceitos da economia ultra neoliberal, vigente no Brasil em 2020. São elas: 1. Pensamento médico, predominantemente higienista e eugenista, racista, machista, agora com uma linguagem científica sofisticada (ARAÚJO, 2013; CBCE, 2020); 2. A influência militarista da disciplina de corpos e mentes e de militarização das escolas³ e a nefasta tendência das Leis da Mordça, nos Projetos de Lei Escola Sem Partido (RAMOS, 2016; MEIRELES; SANTOS, 2020); 3. A ênfase desportiva, competitiva, de rendimento, meritocrática (SACOMANI, 2016; CEGALINI; FLEURY; CARDOSO, 2016); 4. O empresariamento⁴ e a Educação Física como negócio lucrativo, pela via da “uberização” do trabalho do professor por meio de plataformas de serviços controladas por monopólios internacionais (ANDRADE, 2019; CBCE, 2019); 5. O divisionismo imposto pela regulamentação da profissão via CREF/CONFED, que divide

campos de trabalho (TAFFAREL; HACK; MORSCHBACHER, 2020); 6. Política curricular com base teórica no construtivismo, no “aprender a aprender”, nas competências e habilidades via BNCC (Resolução N.º 4, de 17 de dezembro de 2018 - Resolução da BNCC) e Reforma Ensino Médio, Lei N.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, (BELTRÃO, 2019); 7. O Relativismo Pós-moderno (DUARTE, 2004); 8. As forças da extrema direita, fascistas, alicerçando o processo de acumulação capitalista cuja medula é o capital financeiro, a indústria militar bélica e o narcotráfico (MEJIA, 2019; 2020). Essas oito forças podem ser localizadas dentro da academia, das entidades científicas, em todos os campos de trabalho, seja no campo educacional, campo empresarial, da saúde, clubes, academias, centros desportivos, nos movimentos sociais, nas organizações não governamentais e, principalmente, na forma como a extrema direita está conduzindo as políticas públicas de esporte no Brasil. É a ideologia das classes dominantes atuando (MARX; ENGELS, 2007) é a hegemonia do pensamento burguês.

4. A FORMAÇÃO EM UM ÚNICO CURSO COM UMA CONSISTENTE BASE TEÓRICA

Contrários a formação fragmentada, desintelectualizada, defendemos que o que caracteriza a intervenção do professor de Educação Física, independente do campo de trabalho, é a docência que se materializa no trabalho pedagógico e partilhamos da defesa de uma alternativa por meio da construção da licenciatura ampliada.

Trata-se, portanto, de uma Educação Física baseada nos anseios e reivindicações da classe trabalhadora, radicalmente oposta à lógica lucrativa do mercado capitalista. Defendemos, dessa forma, uma Licenciatura Ampliada – Graduação em Educação Física, baseada, entre outros pontos, em uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da ação acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico e na reflexão filosófica tendo, o trabalho como princípio educativo (MNCR, 2010).

É imperiosa a necessidade histórica de uma consistente base teórica na formação acadêmica dos professores de Educação Física. Morschbacher (2016) chega a essa conclusão considerando o embate de projetos na formação dos professores de Educação Física e os pressupostos teóricos que fundamentam a Licenciatura Ampliada, o trabalho pedagógico com a cultura corporal como especificidade do trabalho desses professores.

Atualmente, estamos enfrentando a implementação das diretrizes expressa na Resolução 06/2018 do CNE, aprovadas para orientar a estruturação dos cursos de Educação Física, que mantém a divisão na formação e, com isso, a negação de

conhecimentos, o que rebaixa a formação teórica, atrela a formação à BNCC e à Reforma do Ensino Médio, desqualificando a formação de professores e profissionais de Educação Física no processo de formação acadêmica. Destacamos que as diretrizes aprovadas no CNE fazem referência ao **projeto histórico** que deixa antever uma adaptação à ordem do capital, quando faz referência a competências, habilidades, para mercado de trabalho, escolar e não escolar, dividindo, fragmentando a formação com consequência na concepção de currículo, pela via do esvaziamento do conteúdo teórico. Na **organização do currículo** encontramos o problema gravíssimo do trato com o conhecimento, na modalidade bacharelado e na modalidade licenciatura, ferindo-se princípios curriculares para o trato com o conhecimento nuclear, clássico, no campo da cultura corporal, na formação de professores de Educação Física.

Fica, portanto, evidente a contradição da negação do conhecimento para ambas as modalidades. Os licenciados ficam privados, no mínimo, do conhecimento aprofundado sobre saúde, esporte, cultura e lazer. Os bacharéis ficam privados, no mínimo, do conhecimento sobre fundamentos da Educação, sobre políticas públicas e gestão da educação. Essa contradição da negação do conhecimento é gravíssima, uma vez que rebaixa a capacidade teórica da classe trabalhadora e desqualifica trabalhadores durante seu processo de formação acadêmica. Com isso compromete-se a formação com uma consistente base teórica.

Destacamos ainda a problemática das repercussões das **divisões na formação acadêmica, com o conseqüente esvaziamento teórico**, que atendem aos interesses do mercado de trabalho, formando um “exército de reserva” que entrará em choque nos campos trabalhistas, choques estes que se iniciam na graduação coma divisão dos estudantes entre licenciandos e bacharéis e com estruturas organizativas diferenciadas. Conseqüentemente, tudo isso contribuiu para a desvalorização do magistério. Essa tendência soma-se à tendência mais geral de desprestígio da profissão de professores e, conseqüentemente, do profissional, dos trabalhadores e trabalhadoras que contam somente com sua força de trabalho para manter a vida.

O embate prosseguirá e estará expresso nas páginas desta revista, que bravamente nasce no ano pandêmico de 2020, prosseguirá em correlações de forças nem sempre favoráveis à humanização, prosseguirá enfrentando poderes internos e externos nas instituições e expressando o confronto de projetos históricos, de projetos de escolarização, do projeto de formação de professores de Educação Física (TAFFAREL; ALBUQUERQUE, 2020).

Para expressar o embate de Projetos antagônicos neste momento histórico, temos a **Carta da Educação Física ao CNE**⁵ também aprovada em Assembleia do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), ocorrida em 19 de setembro de 2019, a qual é a ponta do iceberg desta luta. Quem redige e assina essa carta são: as comunidades acadêmicas, científicas, setores do movimento estudantil, entidades nacionais e indivíduos que se dirigem ao Conselho Nacional de Educação para manifestar preocupação com a aprovação da Resolução CNE/CES N.º 06, de 18 dezembro de 2018, expedida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES), que instituiu as novas DCNs dos Cursos de Graduação em Educação Física, tendo por base o Parecer CNE/CES N.º 584, de 3 de outubro de 2018. As preocupações são procedentes porque a metodologia/forma da tramitação e aprovação foi apressada, e o conteúdo necessita, sim, ser questionado. Os que subscreveram a carta supracitada manifestaram seu desacordo com as deliberações do CNE no que se refere a essas DCNs. Destaco a carta porque, entre os encaminhamentos formulados ao CNE, é a única que sinaliza a revogação da Resolução 06/2018. Encaminharam questionamentos ao CNE as Universidades Federal de Uberlândia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Goiás e a consulta encaminhada pelo Ofício nº 3937/2019, /CGLNRS/DPR/SERES/SERES-MEC, de 16 de dezembro de 2019, no qual a Secretaria Executiva solicita subsídios sobre operacionalização da Resolução CNE/CES nº 06 de 18 de dezembro de 2018, referente às Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Educação Física.

Dentre os questionamentos contidos na referida carta, destacamos: a relação com a Resolução CNE/CP de formação de professores, em relação ao prazo de implementação das novas DCNs da Educação Física. Hoje sabemos que foi adiado por mais um ano; a determinação da carga horária relativa ao estágio supervisionado; a questão sobre o tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociável; a estruturação dos estágios supervisionados previstos apenas para a Etapa de Formação Específica; e a questão da residência docente, que irá compor os 10% da carga horária referencial na Etapa Específica. A Carta culmina com a solicitação da revogação das novas DCNs da Educação Física, passando à convocação de toda a comunidade acadêmica, científica, movimento estudantil, entre outras entidades e indivíduos interessados em contribuir para participação em audiência pública, com o objetivo de aprofundar as discussões sobre tais Diretrizes. O que constatamos em agosto de 2020 é

que o CNE está expedindo parecer favorável ao adiamento da implementação das Diretrizes Curriculares⁶.

Entre a aprovação das referidas Diretrizes e o ano pandêmico de 2020, decorreram-se dois breves anos que, pelos acontecimentos, estão a exigir não somente a revogação dessas Diretrizes, mas a revogação de todo o aparato legislativo que tem acentuado o desmonte da nação brasileira, do patrimônio público, dos direitos e conquistas, entre os quais, de formar professores com uma consistente e sólida base teórica, sem divisão na formação, sem esvaziamento e rebaixamento teórico dos cursos de formação de professores em geral e, em especial, de professores de Educação Física.

5. CONCLUSÃO

Apresentamos dados sobre a formação nos cursos de Educação Física como mais uma contribuição que se soma aos esforços empreendidos pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora (GRAMSCI, 1978), para enfrentar a realidade concreta, identificando os pontos de apoio na Educação e para além dela, que nos permitirão superar este período pré-histórico de relações sociais possíveis à humanidade. A correlação de forças e o envolvimento dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora são decisivos, em tempos de Estado de Exceção (VALIM, 2017), de pandemia, de autoritarismo e de aplicação de uma política econômica ultra neoliberal (MASCARO, 2018). Aliamo-nos aos que estão concretamente inseridos nas lutas de classe da classe trabalhadora, em defesa do projeto de emancipação humana, ou seja, projeto de superação do modo de produção de vida capitalista, em que se situa um projeto de formação de professores em geral e, em especial, de Educação Física, que se contrapõe ao conformismo e à adaptação à lógica do capital.

Está em curso a construção da unidade dos explorados, oprimidos, massacrados pela lógica perversa do capital. As reivindicações identitárias, que isoladamente eram conduzidas por movimentos específicos – movimento negro, Movimento das Mulheres, Movimento dos LGBTQI+, Movimento Indígena, dos Sem-Teto, Sem-Terra, Quilombolas, Atingidos por Barragens e Grandes obras, Movimento das Favelas e muitos outros passam a reconhecer as determinações que, em última instância, fragmentam a luta e enfraquecem o poder das organizações da classe trabalhadora. Colocam-se assim novos desafios aos cursos.

À guisa de conclusão, destacamos quatro elementos teóricos articulados com o projeto de sociedade superador do degenerado, decrépito, parasitário, destrutivo sistema

capitalista: reconhecimento dos elementos que permitem um *diagnóstico para tomar uma posição de classe* e defender um projeto histórico superador. Esse é o primeiro indicador para a formação de professores de Educação Física; o segundo diz respeito à necessidade imperiosa histórica de *reconceptualizar o currículo*, o que significa alterar, com radicalidade, rigorosidade e de conjunto as concepções e fundamentos na formação de professores em geral e na formação de professores de Educação Física, que rompam com as atuais políticas curriculares e construam uma perspectiva de políticas curriculares histórico-crítica; o terceiro refere-se à *revogação das diretrizes 02/2019* sobre formação inicial e continuada de professores; o quarto, a revogação e *não adaptação dos cursos de Educação Física às atuais diretrizes curriculares 06/2018* e o exercício da autonomia garantida na Constituição Federal de 1988, com proposições crítico-superadoras, cujos princípios assegurem um curso único, com formação ampliada, contra o divisionismo, contra a negação do conhecimento, contra a fragmentação da profissão. Então, basta de divisões, negação, rebaixamento teórico; basta de necropolítica; basta de política ultra neoliberal. Pela emancipação humana omlateral.

Destacamos, por fim, o que estão ressaltando em suas produções acadêmicas as pesquisadoras Andrea Cunha Meireles e Arlete Ramos dos Santos, quando analisam as ameaças aos Grêmios Estudantis. Estudantes, professores, técnicos administrativos e trabalhadores da Educação, mantenham-se Unidos! Recuperemos a memória do Movimento Estudantil, as Jornadas de Junho de 2013, as Ocupações Escolares de 2015/2016 como eventos fundamentais de resistência e militância contra os retrocessos que atingem diretamente os estudantes, dentre eles o movimento Escola sem Partido (MESP). Ao contextualizar a escalada anual dos projetos de lei (PL) do MESP, enfatizando o caráter reacionário do último PL federal em 2019, que ataca frontalmente os Grêmios Estudantis, essas pesquisadoras destacam a importância de os estudantes permanecerem unidos, atentos e fundamentalmente organizados para lutar e resistir aos mecanismos de buscam ameaçar o presente e o futuro da juventude, bem como cercear a livre organização.

Que a Revista de Educação Física da UFF continue este caminho de popularizar os estudos, a ciência, os debates e a defesa de outro modo de produção, outro sistema de educação, de formação de professores e, outra Educação Física, na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora, para além do capital (MESZAROS, 2002).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S.; Prefácio. In: HAIDER, A. *A Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo, Veneta, 2019. p. 9.
- ANDRADE, D. R. Uberização da Educação Física. 2019. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/uberizacao-da-educacao-fisica/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- ANPED. Militarização de escolas públicas – Solução? Disponível em: <https://anped.org.br/news/militarizacao-de-escolas-publicas-solucao>. Acesso em 20 ago. 2020
- ANFOPE - BIBLIOTECA. *Políticas de formação do Magistério: ANFOPE em Movimento*. Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2018.
- BELTRÃO; J. A. *Novo ensino médio: o rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica na educação física*. Salvador/Bahia, Tese (doutorado). UFBA, Faculdade de Educação, 2019.
- CBCE. GTT *Atividade Física e saúde lança Carta de repúdio ao programa Brasil em Movimento do Governo Federal*. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/noticias-detalle.php?id=1405>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- CEGALINI, V. L.; FLEURY, F.; CARDOSO, M.V. A implementação da meritocracia como plataforma de desempenho em uma entidade esportiva de alto rendimento. *XIX SEMEAD. Seminário em Administração*. Novembro, 2016.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 2012.
- COLEMARX. *Em defesa da Educação Pública comprometida com a igualdade social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020a.
- COLEMARX. *Universidades Públicas e aulas remotas: Nenhum estudante pode ser excluído*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020b.
- DUARTE, N. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS; Ligia M. DUARTE; N. Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.
- DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”*. Campinas/SP, Autores Associados, 2004.
- ENGELS, F. *Política*. In: FERNANDES F. (Coordenador); PAULO NETTO, J. *FRIEDERICH ENGELS: Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GOULARTDT, F; FLORENTINO, G. *Covid-19: drogas e armas – os impactos da proibição de operações policiais nas favelas*. Disponível em: <https://dmjracial.com/2020/06/29/covid-19-drogas-armas-os-impactos-da-proibicao-de-operacoes-policiais-nas-favelas/>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- HACK, C. *Formação de professores e professoras de Educação Física no Brasil e o embate de projetos no campo de conhecimento da Saúde: contribuições da Teoria Pedagógica Histórico-Crítica*. 235 f. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2017.

- HAIDER, A. *A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo, Veneta, 2019.
- JINKINGS, Ivana et al. (Org.). *Por que gritamos golpe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LENIN, V. I. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Brasília: Nova Palavra, 2007.
- MALANCHEN, J. *Cultura, conhecimento e currículo: contribuições da pedagogia histórico crítica*. Campinas-SP: Autores Associados, 2016.
- MARTINS, L. M.; DUARTE, M. (Org.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo. Boitempo, 2007.
- MASCARO, A. *Crise e Golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: M-1 Edições, 2020.
- MEIRELES, A. C.; SANTOS, A. R. *Estudantes, Uni-vos! A ameaça aos grêmios estudantis pelo movimento Escola sem Partido*. 2020 (No prelo).
- MEJIA; E. A. Papel del deporte em la irrupción Fascista em Brasil 2018: Como el deporte fue convertido em elemento importante de la campaña de Bolsonaro? De que forma el Mundial de Fútbol y Juegos Olímpicos contribuyeron com la destitución de Dilma Rouseff, el punto de quiebre de la democracia? *ATHLOS: Revista Internacional de Ciencias Sociales de la Actividad Física, el juego y el Deporte*. Vol XVI – Ano VIII, Enero, 2019.
- MEJIA, E. A. *Deporte, sociología, ideología, política, poder y globalización*. Lima Peru. Centro Experimental De Estudios Latinoamericanos “Dr. Gastón Parra Luzardo”. Universidad Del Zulia Maracaibo-Venezuela Asociación Panamericana De Juegos Y Deportes Autóctonos Y Tradicionales. 2020
- MNCR. *10 anos na luta pela regulamentação do trabalho*. 2010. (Mimeo)
- MONTORO, X. A. *Capitalismo y Economía Mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.
- MORSCHBACHER, M. *Formação de Professores: proposições para a formação para o trabalho científico na Licenciatura em Educação Física*. Salvador/Bahia. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. 2016.
- MORSCHBACHER, M. *Reformas curriculares e a formação do (novo) trabalhador em Educação Física: a subsunção da formação à lógica privada/mercantil*. Pelos/RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. UFPEL, 2012.
- RAMOS, Marise. Escola sem Partido: A criminalização do Trabalho Pedagógico. 03/08/2016. In: <https://anped.org.br/news/escola-sem-partido-criminalizacao-do-trabalho-pedagogico>. Acesso 20/12/2020, às 22:50h
- SACOMANI, D. et al. *O discurso meritocrático e o esporte*. Disponível Observatório: <https://eticadebolso.com.br/o-discurso-meritocratico-e-o-esporte-no-brasil/>. (2016) Acesso em: 8 ago. 2020.
- SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e Educação: o Desmonte da Educação Nacional. *Revista Exitus*, Santarém/PA. Vol. 10, p. 01-25. E020063. 2020.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. *Educação: Do senso comum a consciência filosófica*. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

TAFFAREL, C.; SANTOS JÚNIOR, C. Política nacional do esporte: as consequências do Desmonte do Ministério do Esporte. In: *Motrivivência*. Volume 31, Nº 60, 2019. Motrivivência, (Florianópolis), v. 31, n. 60, p. 01-33, outubro/dezembro, 2019. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 2175-8042. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e66105>.

TAFFAREL, C. HACK, C. MORSCHBACHER, M. *Sistema de proteção do trabalho, do trabalhador e da trabalhadora da Educação Física: Porque somos contra a regulamentação da profissão*. Salvador/BA, 2020 (No prelo)

TAFFAREL, C. Z.; ESCOBAR, M. O. *A cultura corporal e os dualismos necessários para a ordem do capital*, 2009. Disponível em Rascunho Digital: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=277>. Acesso em: 11 jul. 2018.

TAFFAREL, C. Formação de professores de educação física: diretrizes para a formação unificada. *Kineses*, v.30, n.1, p. 95-133, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/5726/3395>. Acesso em: 19/12/2020 às 22:50h

TAFFAREL, C.; ALBUQUERQUE, J. Projeto Histórico e Projeto de Escolarização: Contribuições das teorias histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e abordagem crítico-superadora do ensino da educação Física. *POIÉSIS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina*. v. 14, n. 25, p 52-70, jan./jul., 2020.

TROTSKY, L. *Como esmagar o fascismo*. São Paulo. Autonomia Literária, 2018.

TROTSKY, L. *O Programa da Transição*. In: MARX, ENGELS, LÊNIN, TROTSKY. *O Programa da Revolução*. Brasília: Nova Palavra, 2008.

VALIM, R. *Estado de exceção: a forma jurídica do Neoliberalismo*. São Paulo: Contracorrente, 2017.

¹ L: lésbica; G: gays; B: bissexuais; T: transexuais, travestis e transgêneros; Q: questionando ou *queer*; I: intersexuais, +: todas as demais designações.

² *ETHOS* palavra de origem grega relacionada à moral e aos costumes.

³ A respeito da militarização das escolas, ver: <https://ubes.org.br/2019/10-problemas-graves-no-projeto-de-bolsonaro-para-militarizar-escolas/>. Ver também: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/5-pontos-que-colocam-em-xeque-a-militarizacao-das-escolas/> e ainda <https://revistaeducacao.com.br/2019/04/29/militarizacao-das-escolas/>.

⁴ A respeito do empresariamento da Educação, consultar: <http://www.colemarx.com.br/teams/empresariamento-da-educacao/>

⁵ Ver mais a respeito in: <http://www.cbce.org.br/upload/biblioteca/MO%C3%87%C3%83O%20DE%20APOIO%20C3%80%20CARTA%20AO%20CNE.pdf>, acesso em 16 nov. 2020

⁶ Processo 23001.000601/2020-60 Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior Prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).